

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL NA LITERATURA
INFANTOJUVENIL: UMA ANÁLISE CRÍTICO-SOCIAL**

EMANUELLE DOS SANTOS RESENDE

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL NA LITERATURA INFANTOJUVENIL:
UMA ANÁLISE CRÍTICO-SOCIAL**

EMANUELLE DOS SANTOS RESENDE

Sob a Orientação da Professora
Fabírcia Vellasquez Paiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.
Julho de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rd RESENDE, Emanuelle dos Santos, 2000-
A discussão étnico-racial na literatura
infantojuvenil: Uma análise crítico-social /
Emanuelle dos Santos RESENDE. - Seropédica/ RJ, 2023.
45 f.: il.

Orientadora: Fabrícia Vellasquez PAIVA. Trabalho
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

1. Racismo. 2. Políticas sociais. 3. Educação. 4.
Serviço Social. I. PAIVA, Fabrícia Vellasquez, 1981-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Serviço Social III. Título.

08/08/2023, 09:59

sipac.ufrj.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=1377653



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 3030 / 2023 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.051790/2023-19

Seropédica-RJ, 07 de agosto de 2023.

Emanuelle dos Santos Resende

A DISCUSSÃO ÉTNICO-RACIAL NA LITERATURA INFANTOJUVENIL: UMA ANÁLISE CRÍTICO-SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 20 de julho de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Fabrícia Vellasquez Paiva
Orientadora - presidenta (DTPE/UFRRJ)

Profa. Dra. Simone da Cunha Tourino Barros
Membro externo (SUPIDOSO/SEDSODH)

Profa. Dra. Tatiane de Oliveira Pinto
Membro interno (DEDH/UFRRJ)

(Assinado digitalmente em 07/08/2023 17:49)
FABRICIA VELLASQUEZ PAIVA
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 1794153

(Assinado digitalmente em 07/08/2023 17:34)
TATIANE DE OLIVEIRA PINTO
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 3615478

(Assinado digitalmente em 07/08/2023 21:51)
SIMONE DA CUNHA TOURINO BARROS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 044.816.017-01

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família e a todas as pessoas negras que enfrentam o racismo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me abençoado com sabedoria para concluir mais essa etapa, realizando um sonho idealizado por ele na minha vida que está se concretizando. Agradeço a minha mãe Nívea por todas as orações feitas pedindo que Deus derramasse sua sabedoria sobre mim, por ter me consolado nas horas de desespero, porto todo o incentivo e pelo carinho ao preparar lanchinhos pra mim durante a noite pois sabia que com a correria de provas, trabalhos e estágio às vezes eu não me alimentava direito.

Agradeço ao meu pai Ronaldo por seu apoio e dedicação para que eu pudesse ter o acesso a uma educação de qualidade, que mesmo em meio as dificuldades, não deixou de me proporcionar as condições necessárias para que eu pudesse realizar a minha graduação. Também agradeço às minhas avós Benedicta e Maria que me auxiliaram com recursos tecnológicos para permanecer na faculdade durante o período da pandemia, sou grata ao apoio e ao carinho. Agradeço às minhas irmãs Ingrid e Rebecca e ao meu sobrinho Miguel pelo carinho.

As minhas amigas Camila, Nathália, Natalia, Laide e Raquel eu agradeço pelo incentivo, amor e carinho, por ouvirem minhas reclamações e aguentarem minhas lágrimas de desespero. As minhas amigas de curso Lorraine, Lorena e Taíssa que compartilharam comigo as felicidades e angústias que a Rural nos proporcionou durante os quatro anos da graduação de Serviço Social.

Sou grata à minha orientadora e Professora Fabrícia que fez parte do meu processo de formação e que acreditou na minha capacidade de produzir essa pesquisa. Não tenho palavras o suficiente para agradecer por ter me ouvido, pelo o seu carinho e pelo olhar atento. Sou grata também à Professora Simone Tourino que me auxiliou, me escutou durante essa graduação, por ser uma grande “companheira”.

RESUMO

Esta pesquisa é uma revisão bibliográfica que se propõe a analisar o processo histórico do racismo no Brasil, e da educação étnico-racial. O tema aborda o caminho percorrido nas leis e normas que corroboraram para a conquista das liberdades da população negra, além de ressaltar a importância da luta antirracista ante as políticas sociais de educação para obter a garantia de um ensino de qualidade. O tema visa uma análise do Serviço social com um olhar crítico e propositivo da literatura infanto juvenil como método para traçar a realidade preconceituosa e discriminatória, revelando o papel do Estado na sociedade como administrador do racismo estrutural, além de definir que a educação como uma instituição do Estado pode ser reprodutora do racismo ou uma forma de propor ações afirmativas eficientes que promovam uma transformação das relações sociais.

Palavras-chave: Racismo, políticas sociais, educação, Serviço Social.

ABSTRACT

This research is a bibliographic review that proposes to analyze the historical process of racism in Brazil, and of ethnic-racial education. The theme addresses the path taken in the laws and norms that corroborated the conquest of freedoms for the black population, in addition to highlighting the importance of the anti-racist struggle in the face of social education policies to guarantee quality education. The theme aims at an analysis of Social Work with a critical and propositional look at children's literature as a method to trace the prejudiced and discriminatory reality. Revealing the role of the State in society as an administrator of structural racism, in addition to defining that education as a State institution can be a producer of racism or a form of efficient affirmative action that promotes a transformation of social relations.

Keywords: Racism, social policies, education, Social Work.

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil
DIDH - Direito Internacional dos Direitos Humanos
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telecomunicações
EJA - Educação de Jovens e Adultos
FAE - Fundação de Assistência ao Estudante
FENAME - Fundação Nacional de Material Escolar
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LINDB - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
PBA - Programa Brasil Alfabetizado
PNA - Programa Nacional de Alfabetização
PNAD - Pesquisa Nacional da Mostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNE - Programa Nacional de Educação
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEB - Secretaria de Educação Básica
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. QUESTÃO RACIAL	14
1.1 Serviço Social, educação e raça	15
1.2 Educação étnico-racial nas escolas	20
2. POLÍTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO	24
2.1 Trajetória das políticas sociais na educação	25
2.2 PNLD: uma política de educação e cultura?	29
3. ANÁLISE DO PNLD LITERÁRIO MEDIANTE A LEI 10.639/03	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa apresenta a temática da questão étnico-racial visando à práxis da atuação profissional da/o Assistente Social, levando em consideração a literatura infanto juvenil na atualidade. A motivação que levou a escolha desse tema foram as experiências pessoais, sendo uma mulher preta, que vivencia o racismo diariamente na sociedade e que teve dificuldades ao se enxergar como negra/preta. Durante muito tempo as relações sociais foram um empecilho na descoberta de si, não foi uma tarefa fácil se enxergar como negra, já que no estereótipo imposto pela sociedade a minha cor da pele e o tipo do meu cabelo não são considerados traços para ser uma pessoa negra, mas também não são o suficiente para ser uma pessoa branca.

Era um desafio responder qual a minha raça, pois a própria sociedade que determinava as relações, me colocava num limbo sem conclusão. No meio de toda essa contradição vivenciei uma experiência, onde a sociedade denominou o meu grupo de 4 amigas que eu pertencia às “pretinhas”. As integrantes têm traços semelhantes, mas ao mesmo tempo distintos na intensidade, naquele momento passei a externalizar para o mundo que eu era preta. É triste dizer, mas a ideia de empoderamento é um mito, somente após a confirmação da sociedade aos 15 anos de idade, que passei a dizer que sou preta.

Esse tema se mostra importante para o Serviço Social, pois o racismo é uma das expressões da questão social que se apresenta em poucos espaços de reflexão sob o olhar crítico da profissão, pois ele é um ator secundário nas disciplinas de fundamentos. A disciplina obrigatória de Relações Étnico-raciais é uma especificidade do Curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que em sua criação foi pensado e elaborado para ter um olhar sensível, comprometido com o movimento e a luta de classes.

Esse tema também se mostra importante levando em consideração a territorialidade que a universidade está localizada, a UFRRJ tem seu campus principal situado em Seropédica, na Baixada Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Lugar caracterizado por uma população periférica e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, perfil que se encaixa com o tema pesquisado pois é majoritariamente composta por estudantes pretos (OLIVEIRA, 2020). Mesmo sendo um país racista existem diversas pessoas que negam a existência do racismo, pois a realidade da educação brasileira no cenário atual é marcada pela segregação socioespacial, reflexo da divisão de classes presente na sociedade existem inúmeros casos de discriminação racial e preconceito.

No mundo os avanços tecnológicos permitem que a informação chegue de forma mais rápida ao seu destino quase que em nível global, a imediatividade proporcionou que sociedade tenha esteja atualizada quanto aos acontecimentos. Um dos casos mais recentes que causou grande repercussão nos veículos de comunicação em escala mundial foi o do jogador Vinicius Jr., que joga na posição de atacante na Seleção Brasileira e no clube Real Madrid da Espanha. No dia 21 de maio de 2023, a torcida do clube de futebol do Valencia agiu de forma preconceituosa e discriminatória, cantando músicas que chamavam o jogador de “macaco”, mas infelizmente esse não foi um fato isolado.

Outros casos de racismo e preconceito aconteceram com o jogador, segundo uma matéria divulgada recentemente pela BBC (2023) “Este foi o décimo episódio noticiado como racismo contra Vinícius Júnior na Espanha. E esse levantamento mostra que os episódios de racismo contra o jogador estão se intensificando: houve um caso em 2021, três em 2022 e seis neste ano.” onde na maioria das vezes durante as partidas que ele estava jogando pelo Real Madrid, torcedores dos outros clubes internalizaram por meio de gestos e palavras o ódio contra o jogador.

Além do número crescente de casos de preconceito e discriminação contra o jogador, em uma matéria a CNN (2023) ressaltou um fato que estava passando despercebido no contexto, que é falta de posicionamento crítico das pessoas que fazem parte da liderança e administração do clube. Que não demonstram apoio, acolhimento ao jogador, não auxiliam durante os procedimentos legais de resolução da questão, percebe-se que existe racismo por parte da instituição.

No Brasil, dois casos dentro da escola esse ano também chamaram a atenção, um deles aconteceu em uma escola da Zona Oeste do Rio de Janeiro, no mês de janeiro uma menina de 7 anos foi chamada por um aluno da turma de “macaca preta”. A reportagem do G1(2023) detalha que “Segundo os pais da criança, a professora o repreendeu também de maneira racista: “Você só é um pouco mais claro e sabe que cor tem”. E em junho o G1(2023) também publicou o caso de racismo com uma menina de 6 anos, onde as consequências foram piores, pois ela sofreu violência verbal e física, o diretor que presenciou a cena, mas foi omissos apenas perdeu o seu cargo.

Apesar de o dicionário descrever a escola como um espaço físico, a escola não é apenas um lugar para se ensinar a ler e a escrever, processo conhecido como alfabetização. Do ponto de vista contra hegemônico, a escola é um espaço que faz parte do desenvolvimento do ser humano tanto na parte física, intelectual e social. A escola é um ambiente de socialização, esse espaço deve proporcionar uma possibilidade de interação com pessoas de diferentes faixas

etárias, raças, gêneros, culturas, religiões e etc. Tendo em vista que situações de racismo são recorrentes na sociedade brasileira e nas escolas, a presente pesquisa tem como objetivo aprender sobre a discussão étnico-racial a partir do cenário atual do assunto na literatura infanto juvenil.

Pensando nessa proposta é necessário indagar: O racismo existiu ou ainda existe? Quais os direitos conquistados pelos negros? Quando o direito à educação foi conquistado pelos negros? Quais políticas são necessárias na tentativa de garantir esse direito? O direito está sendo garantido no programa de distribuição de literaturas? Para responder os questionamentos levantados, foi necessário realizar um resgate histórico da questão racial no Brasil, trabalhar o processo de desenvolvimento das políticas sociais de educação e identificar através de uma análise qual direção política e ideológica do Programa Nacional do Livro Didático. Esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é construído a partir de fontes primárias e secundárias, utilizando como metodologia a pesquisa documental e qualitativa.

O trabalho segue a seguinte estrutura, sendo ele dividido em três capítulos principais. No primeiro capítulo, realiza-se um resgate do contexto histórico da questão racial no Brasil, estabelecendo uma conexão com a questão social. Sob a perspectiva de autores como Silvio de Almeida, Márcia C. Eurico e Nilma L. Gomes, José Paulo Netto e Marilda Yamamoto entender os conceitos raça e etnia, assim como a diferença entre preconceito, discriminação e racismo e, apresentando na legislação, a conquista de direitos à educação étnico-racial nas escolas.

No outro capítulo expõem-se a necessidade das políticas públicas e sociais para o enfrentamento das expressões da questão social, descrevendo a trajetória das políticas sociais de educação na tentativa de garantir a efetivação da lei, ressaltando a participação do movimento negro. Apresenta-se a forma que funciona o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), além de expor o conceito de literatura como forma de cultura e ensino

Por último, no terceiro capítulo realiza-se uma análise crítica do PNLD literário, mediante aos dados quantitativos de livros que abordam a temática étnico-racial e a quantidade de autores negros aprovados. Apresenta-se o papel do Estado frente uma análise da efetivação da Lei 10.639 da questão racial na educação.

1. QUESTÃO RACIAL

Mediante a realização de uma análise histórica e social, entende-se que a questão racial no Brasil é determinada pelas transformações nas ideologias políticas e filosóficas que ocorreram ao longo do tempo para manter a reprodução do modelo econômico. A partir desse ponto foram traçados os fatores que constituem a relação de vínculo entre o Serviço Social, a educação e a raça, entendendo o racismo na educação como expressão da questão social. Além disso, busca-se trabalhar o conceito da discriminação racial fazendo um resgate histórico da inclusão do debate étnico-racial na educação, frente aos movimentos de luta por direitos.

Entende-se a questão racial a partir do que conhecemos como diversidade cultural, isso porque a população brasileira é fruto da mistura de diferentes raças e culturas, antes mesmo da chegada dos portugueses em terras brasileiras, afinal nesse território, já viviam os povos indígenas. Assim como alguns países da África, o Brasil no passado foi uma colônia europeia, e os portugueses recém-chegados nessa terra tinham como objetivo inicial colonizar e extrair o máximo de riquezas para a coroa portuguesa.

É essencial reconhecer que essas marcas se perpetuaram do passado para o presente no decorrer da história das relações sociais e culturais, onde o imaginário social ainda continua sendo capaz de hierarquizar a cultura, a religião e a moral. Esse imaginário sustenta o conflito entre as classes, um homem tentando dominar outro homem seja por meio da linguagem ou da força, pois seu único objetivo é se apropriar dos lucros e da riqueza produzida pela classe trabalhadora. Se comparado com o modelo de sociedade atual, acha-se uma compatibilidade no modelo societário que passou por transformações, mas continua mantendo apenas uma classe dominante e outra classe que continua sendo explorada.

No passado, para realizar o trabalho foi necessário adquirir mão de obra, e a solução encontrada foi a aquisição de escravizados trazidos da África na época do tráfico transatlântico. Foi por meio de muito sangue derramado e exploração do trabalho escravo que Portugal acumulou grande parte de suas riquezas, os africanos escravizados sustentaram os ciclos da economia sem direito de receberem nenhuma parte da divisão dos lucros.

Porém, com o crescimento do tráfico de pessoas escravizadas, a população que vivia em terras brasileiras, rapidamente se tornou majoritariamente composta por pessoas negras, esse movimento refletiu-se no colorismo do povo brasileiro. No início a intenção dos portugueses era apenas trazer apenas um pequeno número de pessoas de origem africana, porém ao longo do tempo o tráfico humano, o fluxo de compra e venda de pessoas negras se tornou uma prática costumeira com um aumento desenfreado.

Não há registros de quando os primeiros africanos escravizados foram trazidos para o Brasil, mas existe de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) uma estimativa de que “No continente americano, o Brasil foi o país que importou mais escravos africanos. Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro.”

1.1 SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO E RAÇA

Antes de nos aprofundarmos na discussão étnico-racial na educação brasileira, é preciso distinguir alguns termos vinculados à questão racial, quando se fala em racismo uma das primeiras coisas que associamos ao tema é o termo raça. O Brasil, apesar de apresentar traços de discriminação racial no seu desenvolvimento, esse termo não surge no contexto da escravidão brasileira: ele vai ser apropriado tempos depois.

Originalmente, o conceito de raça surge no século XIX, derivado de ideias que propagam a superioridade de um grupo sobre outro por meio de uma construção social, histórica, cultural e plural. A disseminação do pensamento perigoso de Nietzsche determinava que os povos africanos eram menos evoluídos semelhantes aos homens primitivos e politicamente desorganizados, desse modo a população africana passou a ser vista como mercadoria e os países africanos passaram a ser classificados como subdesenvolvidos.

Conforme Almeida (2008, p.24) durante a 2ª Guerra Mundial o termo raça foi reforçado pelo nazismo com caráter de veículo utilizado para a dominação social, política e econômica, disseminando e legitimando as práticas nazistas. O nazismo propagava a ideia de uma “limpeza” populacional para estabelecer a raça pura, considerando as características biológicas dos indivíduos, estabelecendo desta forma uma distinção entre os povos. Esse conceito foi usado para naturalizar e legitimar as atrocidades e genocídio, foram mortos aproximadamente “6 milhões de judeus” (ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO, 2019), também foram vítimas outras milhares de pessoas, dentre elas testemunhas de Jeová, homossexuais, ciganos, pessoas com deficiências físicas e mentais, etc.

O conceito raça como negritude e personalismo do negro no decorrer do tempo foi estruturado por duas características, a característica biológica associada a aparência estética e o traço físico como a cor da pele e a outra é a característica étnico-cultural composta por um conjunto de costumes, territorialidade, religião e língua. Na modernidade não existe

comprovação científica que sustente a divisão de raça e a superioridade por meio de características biológicas. No dicionário da língua portuguesa a palavra raça significa:

1. O conjunto de/dos ascendentes e descendentes duma família, tribo ou povo, com origens comuns. 2. O conjunto de indivíduos cujas características corporais são semelhantes e transmitidas por hereditariedade, embora possam variar dum indivíduo para outro. 3. Divisão de uma espécie ou animal provinda do cruzamento de indivíduos selecionados para manter ou aprimorar determinados caracteres” (FERREIRA, 2010, p. 635).

Alguns intelectuais atribuem a ela o significado politicamente construído no contexto do racismo brasileiro, não limitando-a ao determinismo biológico. Existem escritores que, no entanto, preferem usar apenas o termo etnia, apesar de aparentemente os termos raça e etnia serem parecidos eles não são sinônimos. A antropologia define o ethos/ etnia como conjunto de coisas que compõem um pilar fundamental, a ele são atribuídas características como culinárias, religiões, músicas, conhecimentos de arquitetura e linguística. O termo etnia melhor representa a multiplicidade da identidade de um grupo social (GOMES, 2005, p.47).

Embora exista uma discordância entre alguns autores sobre qual o termo adequado para discorrer sobre a questão racial, Eurico (2003, p. 296) afirma que “raça continua atual e que os aspectos culturais abarcados pelo termo etnia são motivadores de discriminação, principalmente quando associados à raça”. Mesmo com suas especificidades individuais os termos raça e etnia são complementares. Para enriquecimento da discussão, a questão racial deve ser realizada por meio da perspectiva étnico-racial, uma vez que o racismo no Brasil é uma construção sócio-histórica.

O racismo, no Brasil, é resultado da soma do processo abolicionista e o desenvolvimento do sistema capitalista. Durante todo o período de escravidão no Brasil os negros lutavam por sua vida e a conquista da liberdade que lhes havia sido tirada, muitos em busca de serem livres fugiam de seus senhores. Por muito tempo a forma de resistência que eles encontraram foram os quilombos, lugares escondidos e isolados para onde os escravizados fugiam e estruturavam uma comunidade (LEITE, 1999). Todavia, somente após aproximadamente 400 anos depois do começo da escravidão no Brasil que a luta pela liberdade se efetuou com a abolição.

A primeira conquista do movimento abolicionista aconteceu em 1850 por meio da Lei Eusébio de Queirós, esse decreto proibia o tráfico negreiro. Apesar das lutas internas, esse passo foi impulsionado por relações políticas externas com a Inglaterra, que naquele momento necessitava que houvesse um fim do tráfico negreiro para enfim consolidar a industrialização no capitalismo.

O processo de abolição foi acontecendo de forma gradual, em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre, determinando que os filhos de escravos nascidos no Brasil a partir daquela data estariam livres. Mas existiam algumas ressalvas, os senhores de escravos poderiam conceder a liberdade a partir dos oito anos pagando uma indenização 600 mil-réis ou poderiam aproveitar da mão de obra desses até os 21 anos e então deveriam conceder sua liberdade sem nenhuma indenização.

A Lei do sexagenário foi aprovada em 1885, estabelecendo que todo escravo com idade acima de 60 anos receberia a alforria, mas teriam que trabalhar mais 3 anos como forma de indenização aos senhores. Apesar da aprovação dessas leis o número de revoltas do movimento abolicionista aumentará, até que três anos depois devido à grande pressão sob o Império em 13 de maio de 1888 foi aprovada a Lei Áurea. Essa lei assinada pela princesa Isabel, concedia o direito à liberdade aos escravos a partir de sua aprovação, e os senhores não tiveram direito a nenhuma indenização (ROSSI; GRAGNANI, 2018).

Apesar da luta pela abolição ter chegado ao fim, os escravizados libertos representavam a maior parte da população da época, naquele momento no Brasil se instalava um quadro de grande vulnerabilidade socioeconômica. O período pós abolição não foi uma jornada fácil para as pessoas negras, o processo de alcançar melhores condições de vida foi repleto de obstáculos pois o preconceito e a discriminação racial eram evidentes na integralização da população negra na sociedade relacionados a modernidade, a população negra não detinha terras e nem conhecimentos e técnicas para o manuseio das máquinas.

Sem a garantia de nenhum outro direito a não ser o de liberdade, os negros e negras passaram a compor a construção de uma nova ordem societária, formando o exército de reserva brasileiro do sistema capitalista. Após a abolição, muitos dos escravos escolheram abandonar as fazendas nas quais foram escravizados e migraram para outras cidades à procura de parentes e melhores salários, esse movimento aconteceu em grande parte pelos jovens, pois os idosos e as mulheres que tinham filhos encontravam muitas limitações. Porém, não obtiveram muito sucesso nesse caminho, pois existia grande resistência dos senhores em aceitar pagar pelo trabalho, a grande maioria acabou se sujeitando a baixos salários, devido a questão da falta de terra para produzirem e suprirem suas necessidades (FILHO, 2009).

Todavia a não realização da reforma agrária, definiu a manutenção do liberto como um indivíduo marginal e subalterno na pirâmide social. A vasta disponibilidade de trabalhadores garantia, assim, a mão de obra barata para que as indústrias pudessem crescer. A permanência de uma grande quantidade de pessoas desempregadas era outro mecanismo fundamental dentro

desse processo, pois a existência desse grupo tinha como função pressionar o valor dos salários para baixo, assim o dono do capital conseguia maximizar os lucros.

Alguns fatores foram responsáveis por fomentar a industrialização no Brasil, e basicamente todos eles giravam em torno da mão de obra. O primeiro relacionado a falta de mão de obra após a abolição, pois a produção agrícola dependia dos escravizados desde o cultivo até a exportação, sem essa mão de obra os produtores tiveram de mudar e expandir a sua produção tendo como foco novos produtos e a aquisição de maquinários que dependessem de poucos trabalhadores. Uma solução para esse problema poderia ter sido a contratação desses homens agora livres de forma assalariada, mas era inviável manter os custos do capital humano, pois segundo Mello:

Os custos da indústria escravista deveriam ser marcadamente superiores aos da indústria capitalista. Admitamos igual técnica, idêntico grau de utilização da capacidade produtiva, mesmo preço e eficiência produtiva igual para o escravo e para o trabalhador assalariado. Ainda assim, a taxa de lucro da indústria escravista seria muito inferior, por dois motivos. Primeiro, porque o pagamento da força de trabalho é inteiramente adiantado quando há escravos, enquanto a remuneração do trabalho assalariado é realizada após seu consumo no processo produtivo. Ademais, a rotação do capital variável é mais rápida que a do capital fixo representado pelo escravo, que se distende por toda sua “vida útil” (MELLO, 2006, p.76).

Nessa conjuntura é fundamental entender que o desenvolvimento do sistema capitalista contribui para a perpetuação da questão racial no Brasil, uma vez que a intensificação das desigualdades se reconfigura na questão social. Pois segundo Netto “a “questão social” é elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital trabalho – a exploração” (NETTO, 1996, p.157).

Mediante a essa circunstância, ao fato de os negros não terem direito a terra, se submeterem a péssimas condições de trabalho por salários baixos, e também não terem acesso à educação se configura como expressões da questão social. Assim como nenhum outro direito a não ser o de liberdade após a abolição os negros continuaram com a falta de acesso à educação, essa era e ainda é uma questão pertinente pois além do poder sobre a terra a educação é outra forma possível que proporciona oportunidades de melhores condições de vida.

No Brasil colônia, só tinha acesso à educação os filhos dos senhores, que tinham condições financeiras de arcar com os custos de aulas. A educação nem sempre se configurou como direito social, e apesar do ensino público oficial no Brasil ter sido implementado em 1772, os negros não tinham direito a ele. Identifica-se no decorrer da história que a privação/falta da educação é reprodutora da questão social, pois essa situação mantinha esse grupo marginalizado.

Vivemos atualmente em uma sociedade que continua arraigada pelas desigualdades, por meio de um sistema de exploração determinado pela relação entre capital e trabalho, e que o início do processo de acumulação de capital aconteceu por meio do tráfico de escravos. É só através do reconhecimento da escravidão na totalidade do sistema capitalista que se torna possível estabelecer que o Serviço Social consegue se propor a desenvolver estratégias e ações para o combater o racismo presente na sociedade brasileira

É primordial reconhecer que a questão racial no Brasil é uma das expressões da questão social, que a população negra brasileira vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e que é dever do serviço social intervir nessa realidade. O Serviço Social na atuação profissional é capaz de desenvolver estratégias e ações para o combater o racismo na sociedade brasileira, buscando utilizar das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Mediante a instrumentalidade ele exerce a função de identificar, estudar e proteger e garantir os direitos dos usuários de acordo com o espaço tempo, conhecer a população negra e suas demandas é se aprofundar no conhecimento.

Considerando esses aspectos, a luta da população negra pela igualdade é uma das dimensões da luta pela emancipação humana e que precisa ser compreendida pelo Serviço Social como uma das formas de enfrentamento das expressões da questão social na contemporaneidade é elemento necessário na construção da ordem societária sem dominação/exploração de classe, gênero ou raça. Assim, a proposta que se apresenta é entender o processo histórico da luta da população negra pela igualdade, enfocando as políticas de ações afirmativas da última década e a necessidade dessa discussão no âmbito do Serviço Social (ENGLER e FREITAS, 2014, p.223).

Marilda Iamamoto (2004) descreveu que o processo de formação da profissão também foi marcado pela modernização. Foi por meio dessa e de outras vertentes estabelecidas, que possibilitou a consolidação da profissão as mudanças significativas na atuação profissional das/os assistentes sociais, transportando-a para um posicionamento crítico.

O processo de reconceituação (LEORATO, 2017) não acabou com o tradicionalismo, mas com o auxílio no aspecto crítico, na cientificidade e nas lutas que permite a possibilidade de uma transformação social dentro do serviço social. Impulsionou a reflexão da prática profissional, levando a uma divisão de teoria e prática, permitiu o alcance de um pluralismo, mesmo que ainda dentro da lógica do desenvolvimento. Esse processo possibilitou um olhar ampliado para as diferentes realidades, a influência do contexto social sobre a demanda do usuário e a luta de classes que muda de acordo com as necessidades para manter o funcionamento do sistema econômico capitalista.

Sem a postura crítica, o serviço social reforçaria a reprodução do olhar etnocêntrico hegemônico do conceito raça, de que os negros são primitivos o suficiente para não ter acesso

às políticas sociais e garantia de seus direitos. Isso porque o serviço social no campo das ciências sociais aplicadas usa práxis, a teleologia e a causalidade têm a capacidade de projetar finalidades analisando o todo e assim identificar as necessidades indispensáveis viabilizando o direito da população negra.

Apesar de o Brasil ter adotado as políticas desenvolvimentistas, que impulsionaram a modernização e desestimularam a importações, medidas protecionistas foram necessárias para a proteção do mercado interno, possibilitando a industrialização dos países europeus. Ainda assim, ele continuou tendo seu mercado voltado para a exportação de produtos do setor primário, que sustenta o abastecimento de países desenvolvidos.

1.2 EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NAS ESCOLAS

No século XXI existem vertentes ideológicas que acreditam que comportamentos violentos destinados a pessoas negras acabaram com o fim da escravidão. Embora o Brasil tenha passado pelo processo de abolição no passado, esse fato não anula a existência do racismo na contemporaneidade, ele apenas se transformou para caber nos novos moldes das relações sociais e econômicas. O filósofo Silvio de Almeida em sua recente obra descreve o racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos do grupo racial ao qual pertencem” (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Um fato que comprova essa linha de raciocínio é que mesmo anos após a abolição foi aprovada a Lei 1390 de 3 de julho de 1951, ela faz parte do primeiro conjunto normas da proteção social conhecida de Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Essa lei em específico decreta no Art. 1º “Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de côr” (BRASIL, 1951), que inclui na legislação penalizações a práticas de atos discriminatórios de raça ou cor.

Nessas circunstâncias é importante distinguir e entender as diferenças entre os termos preconceito, discriminação racial e racismo. O preconceito é delimitar estigmas e estereótipos negativos de determinado grupo, mediante a um julgamento prévio dos membros de um grupo racial definir qual seria sua religião, etnia e etc. Ou seja, decretar o papel social de outra pessoa pelo espectro de sua concepção sem um interesse de conhecer e considerar os fatos.

Apesar de aparentemente serem termos semelhantes a discriminação racial é a prática do racismo é a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito estão no campo das ideias e dos julgamentos a discriminação é o conjunto de ações que restringem, negam ou retiram o acesso de pessoas negras a espaços, ocupações mais elevadas na estrutura política de poder e nas relações sociais. Por esse motivo a criação de uma lei apesar de ser uma conquista do movimento negro extremamente relevante, não é suficiente para desmontar a completude da máquina racista mesmo após completar 72 anos do decreto no ano da publicação desta pesquisa, o racismo continua presente na realidade social desse país.

Por fim o racismo é um processo político e histórico caracterizado por atos de genocídio, étnocídio, aniquilação, execução, eliminação física de um grupo de pessoas negras ou não brancas motivados pela distinção racial. Racismo, nos termos de Almeida (2018), é definido por três concepções, a primeira é a individualista relacionada a subjetividade, como uma deficiência patológica decorrente de preconceitos que se apresenta em situações de ataques diretos a uma pessoa negra por um mais pessoas, seja por meio de palavras, gestos e etc. Porém limitar o racismo a apenas na perspectiva do preconceito, a resolução do problema seria apenas punir e educar as pessoas, mas entendendo o racismo na sua complexidade e como parte da questão social necessita de uma série de outras mediações para se obter uma mudança social.

Por sua vez, o racismo não é apenas um ato isolado, ele é um conjunto de condições que determinam a posição subalternidade e de privilégio que geram impacto no cotidiano desse grupo. O racismo institucional, teve concepção formada através da sua relação com o Estado, composta por regras institucionais hegemônicas expressas na escola, no mercado de trabalho e na construção de políticas públicas, estipuladas por grupos raciais que se utilizam deste mecanismo para impor seus interesses nas formas políticas e econômicas é a concretização da discriminação racial na sociedade capitalista.

O sistema capitalista é formado pela concepção capital/trabalho. O trabalho então se configura na venda da mão de obra, esse processo acontece devido ao valor de troca que as coisas passam a ter e ao conceito de propriedade privada. Para que fosse suprido as necessidades humanas como alimentação, moradia, vestimenta e segurança é preciso pagar para ter acesso a esses recursos.

Percebe-se na análise do contexto histórico das relações sociais e econômicas de muitos anos atrás, que se comparado com o modelo de sociedade atual, acha-se uma compatibilidade no modelo societário em que existe apenas uma classe dominante, que acumula o capital e também é detentora dos meios de produção. Da mesma forma existe ainda a classe abastada, detentora da mão de obra e da força de trabalho. De mesmo modo o conflito entre as classes

continua existindo, uma tentando dominar a outra para que possa se apropriar dos lucros, e mesmo passado muito tempo em diferentes processos e sistemas, a classe trabalhadora nunca se viu totalmente liberta desse modo de produção.

É importante ressaltar que o capitalismo não é uma pessoa, ele é um sistema econômico controlado pela classe detentora dos meios de produção e do capital, logo o racismo também não é a ação individual de uma única pessoa, ele é uma ideologia controlada e disseminada pela classe burguesa na sociedade. Por isso o racismo não é um conceito que nasce do inanimado “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (ALMEIDA, 2018, p. 36).

No entanto, é importante ressaltar que, no Brasil, o racismo é classificado como estrutural que, segundo JESUS, ALVES & EURICO (2019) é uma “ideologia que não se limita à discriminação direta ao indivíduo oprimido, mas é, sobretudo, um norteador de ações inconscientes que agem para definir a dinâmica das relações sociais em três pontos fundamentais, sendo eles a economia, a política e a subjetividade”. Afinal, ele está na estrutura que foi formada a sociedade atual, permeado em todas as relações, sejam elas econômicas, políticas ou culturais.

Entendendo que o racismo perpassa o campo das ações individuais, as instituições são responsáveis por reproduzir a manutenção da ordem social. Embora o racismo se configure na sua forma estrutural, deve-se combater a sua concepção institucional, pois ela detém o poder controlar as relações direta e indiretamente.

O racismo é uma arma de controle que determina quem vive e quem morre no seu modo direto estereotipando as pessoas, o caráter biológico determina seu papel social um exemplo é quando a imagem do homem negro é automaticamente associada a uma figura má, um perigo para segurança social e deve morrer em prol de um bem-estar social. Ou no seu modo indireto controlar quem vive e quem morre por meio da garantia do direito ao acesso às normas e políticas voltadas para suprirem as necessidades dos indivíduos.

No entanto, o papel do Estado exige um equilíbrio, pois ele é uma instituição estabelecida para regular as relações econômicas e sociais. Para isso ele faz uma série de intervenções que tanto impõe limites assim como cumpre obrigações para com a sociedade, se equilibrando para servir ao interesse comum, e deveria instituir normas que promovam a igualdade racial.

Um de seus principais focos deveria ser proporcionar condições às classes em situação de vulnerabilidade, promovendo uma igualdade social, garantir o cuidado e proteção dos frágeis e indigentes. Para isso ele usa da ideia de equidade, onde a distribuição dos recursos deve ser

igual para a sociedade num todo. Onde os recursos devem ser o suficiente para que cada indivíduo possa sobreviver, atendendo as necessidades de alimentação, vestuário e moradia sem ter o direito à vida privado.

Nesse contexto, educação tem como um de seus eixos centrais o conhecimento como uma necessidade básica dos indivíduos e direito essencial para a constituição da própria cidadania. Para a população negra por um tempo depois da abolição eles não tinham permissão para acessar ensino público primário gratuito no Brasil, por serem considerados não negros. A instituição escolar reforçava a questão racial uma vez que os negros não tinham nem condições financeiras para arcar com os custos de uma educação privada e também não podiam acessar as instituições gratuitas pois não eram considerados cidadãos de direito.

Mesmo com os movimentos de lutas pela democratização da educação, essa conquista aconteceu somente em 1988 quando a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) foi sancionada ela dispõe Da Educação “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996, Art. 2º. VII). A partir desse momento o acesso ao ensino público e gratuito passou a ser uma concepção de direito social.

Nesse movimento de luta antirracista o Serviço Social se faz uma das peças fundamentais, como uma categoria profissional que luta pelo acesso, garantia e igualdade de direitos sociais. Seu compromisso com o movimento antirracista foi firmado em 1993, quando evidência em seu Código de Ética da profissão a sua relação com a classe trabalhadora, com o direito à liberdade como questão central e com os Direitos Humanos.

Porém o acesso à educação não garante a igualdade racial, isso porque a escola faz parte do conjunto institucional do Estado, ela também estabelece normas que podem ou não alterar a ação ou omissão do racismo. O racismo como processo político e histórico é causa de um complexo imaginário social que muitas vezes reforça a questão racial no sistema educacional, quando desde os anos iniciais do ensino fundamental nos livros didático não existe um cuidado ao relatar a escravidão brasileira, quando é oculto a realidade violenta e genocida. Ou quando comemorar o dia de libertação como se esta fosse a única contribuição dos negros para a história.

Uma grande conquista do movimento de luta por igualdade racial na educação aconteceu no dia 9 de janeiro de 2003 quando foi sancionada a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nas disposições do Art.26-A “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.” Sendo de extrema importância para o auxílio da propagação da cultura negra, e também como uma forma de resistência e valorização das origens, religião, cor, localidade entre

outras coisas. No ano de publicação desta pesquisa essa lei completa 20 anos, ela é um marco importantíssimo para o movimento antirracista.

Ainda que a população negra no país segundo o IBGE (2021) representa cerca de “aproximadamente 213.317.639 milhões de habitantes, destes, apenas 9,1% se declaram como pretos, 43,0% se declararam como brancos, 47,0% como pardos. Esses são a comprovação de que o racismo existe no contexto brasileiro”. Apesar dessas conquistas, a luta do movimento negro continua, pois a sociedade atual enfrenta em sua realidade política, econômica e social um aumento exacerbado das expressões da questão social. Todavia, mesmo com a conquista de direitos previstos por lei, o racismo não acabou, dado que o Estado não viabiliza recursos eficientes para a sua efetivação no contexto social.

2. POLÍTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO

É necessário, antes de discorrer sobre as políticas públicas de educação, abordar o que são e qual a relevância das políticas públicas frente às expressões da questão social no Brasil. Somente a partir dessa percepção, é possível montar um cenário de evolução ou retrocesso, numa busca por evidenciar na legislação brasileira quais são os objetivos das políticas públicas de educação - nesse contexto, buscar efetivamente entender o que é o Programa Nacional do Livro Didático e quais foram seus os avanços ou retrocessos.

O direito é um conjunto de normas jurídicas usadas como uma forma de pacificação social. Na Constituição Federal estão presentes os direitos fundamentais do país que complementam o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH). Os direitos da CRFB são classificados como direito individual e coletivo, direitos sociais, de nacionalidade, direitos políticos e de partidos políticos. Porém, a existência dessas normas não sustenta que elas sejam garantidas. Então, as políticas sociais¹ surgem como ferramentas que promovem a garantia dos direitos, dessa forma minimizando a desigualdade social posta pelo sistema capitalista e buscando fomentar a seguridade social.

A política social é um dos principais instrumentos de trabalho do Serviço Social, mas ela surge antes do estabelecimento da/o assistente social como um/a profissional no Brasil. Durante o período de expansão do capitalismo monopolista surgiu o movimento da luta de classes

¹ Quando utilizo inicialmente ao termo “políticas públicas” e logo em seguida uso “políticas sociais” é proposital, pois apesar de se aproximarem na similaridade de funções com efetivação e garantia de direitos da população amparadas pela legislação, ao mesmo tempo esses conceitos atuam em frentes distintas onde uma sobrepõe a outra “A política, na sua configuração recente e restrita, tem uma conotação de política pública, a qual engloba a política social. Ou melhor, a política social é uma espécie do gênero política pública” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008 p.92).

devido a intensificação da exploração do trabalho. Esses acontecimentos se configuraram na agudização das expressões da questão social, para controle das reivindicações da classe trabalhadora, o Estado concede algumas políticas de auxílio com aspecto moralizante e caritativo (NETTO, 2009).

Porém não existia um profissional que fosse responsável por viabilizar essas políticas. Foi nesse momento que o Serviço Social surgiu com caráter baseado no conservadorismo europeu. As políticas sociais, com o passar dos anos, foram sendo remodeladas para atender mais às necessidades postas por seus usuários de forma efetiva, segundo Fiuza e Filho (2017) é importante a formulação de políticas públicas voltadas para a população que é constantemente acometida por vulnerabilidades sociais.

A política social é extremamente necessária para que se possa ter uma atuação profissional eficaz no Serviço Social, atendendo as demandas dos usuários e estabelecendo uma visão mais propositiva no atendimento. Mas essa realização só foi possível por meio do rompimento com o conservadorismo da profissão e a adoção de um posicionamento crítico. Nesse contexto, o assistente social tem papel fundamental na viabilização de direitos da população. Cabe a esse profissional, por meio das políticas e programas de assistência social, garantir ao sujeito seus direitos, a partir das políticas que devem atender as demandas e necessidades dos grupos da sociedade.

Dessa forma, observa-se que para além de uma política de assistência consolidada, o assistente social atua como defensor e reafirma os direitos e políticas sociais, que são alocados dentro do projeto societário a partir do qual visam consolidar as condições econômicas, sociais e políticas para que, assim, se construa uma sociedade pautada em equidade. Nesse contexto, o assistente social trabalha no auxílio e na orientação da comunidade, em virtude da promoção da seguridade social, suas lutas se fundamentam na autonomia, emancipação e garantia de direitos.

2.1 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO

No período colonial a educação no Brasil correspondia ao método de ensino jesuítico, com caráter vinculado às ideologias da igreja católica. Essa metodologia de ensino era composta pelo teatro, pelos tribunais populares onde se desenvolvia a retórica e a oratória, o ensino da gramática, da voz, da história e da filosofia; além disso, a memorização era o principal veículo de aprendizagem. Mas a fundação do ensino público no Brasil provocou uma

desvinculação da Igreja ao ensino, o Estado então assumiu o papel de administrador da educação criando as escolas régias. No entanto, todo o restante permanecia sem alterações.

A criação e a implementação de políticas públicas foram essenciais para a luta frente às expressões da questão social na educação junto à normatização brasileira. Um exemplo de política pública de educação é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado em 1990, que pode ou não ser visto como fundamental para a valorização da educação na Constituição Federal, isso porque a proposta de um levantamento de dados foi realizada, mas de forma superficial, mesmo que os resultados tenham apontado fatores de desigualdades que afetavam o processo de aprendizagem no país, ainda assim não apontavam a realidade em sua totalidade. Por via disso, de acordo com o INEP (2021) “Realizado desde 1990, o Saeb passou por uma série de aprimoramentos teórico-metodológicos ao longo das edições”.

Partindo desse princípio, a educação no Brasil é instituída como parte dos direitos sociais, fundamentais e coletivos Art. 6 dispõe que "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (BRASIL, 1988) e no Capítulo III a Seção I é dedicada somente à educação.

Atrelada à Constituição Federal, o direito à educação foi reforçado em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na Lei 8.069, no Capítulo IV Art. 53 “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Além de ser importante para o reconhecimento da educação como um direito, também é um marco na história pois reconhece que a criança é um indivíduo que tem direitos e deveres. Até então não existia o termo infância, as crianças eram tidas como um adulto de pequena estatura.

O termo criança ao longo dos séculos assim como a infância, desde que foram reconhecidos, ganharam diferentes interpretações e significados. A infância foi pensada em épocas passadas, no período da história em que se identifica uma queda na taxa de mortalidade infantil, entre os séculos XVI e XVII. A partir desse ponto da história a criança que até então não era reconhecida e valorizada no contexto familiar, atualmente é considerada um sujeito concreto na categoria geracional e ator social que pertence a uma classe social, deixando de ser apenas um termo cordial usado na França no século XVIII para agradar, saudar ou levar a buscar alguma coisa (ARIÈS, 1981).

Apenas no dia 20 de dezembro de 1996 que essas bases passam por mudanças significativas com a aprovação da LDB de nº 9.394, determina as diretrizes curriculares básicas da educação do ensino infantil até o ensino superior, composta por 92 artigos. A conquista mais

recente da educação que reforça as anteriores é o Programa Nacional de Educação (PNE), a Lei de nº 13.005 foi sancionada no dia 25 de junho de 2014, estabeleceu metas para serem alcançadas num prazo de 10 anos em 2024. Juntas a CRFB, LDB, ECA e PNE fazem parte dos eixos estruturais da educação no Brasil. Desta forma, a educação ao longo do tempo deixa de ser apenas o ensino da alfabetização e passa a ser identificada no papel social e político de formação em constante desenvolvimento.

Conhecemos a educação como um direito, lugar onde se materializa o conflito entre as classes sociais e muitas usada como veículo para defender e promover a manutenção do sistema capitalista, mantendo a ordem burguesa. Mas devido à contradição existente, o Serviço Social também defende os interesses das classes em situação de vulnerabilidade, que por ser um espaço de formação do sujeito possibilita que seja desenvolvida a emancipação política.

Mediante a história é possível percorrer os caminhos das desigualdades na educação nos anos iniciais do ensino fundamental, face a vulnerabilidade socioeconômica e a discriminação étnico-racial no Brasil e mesmo com a criação das leis as políticas sociais foram importantes. Embora o acesso à educação no Brasil ainda seja muito restrito, existem programas que vêm ajudando a diminuir as desigualdades.

Um dos primeiros problemas sociais identificados foi alto índice de analfabetismo no nordeste do país, em que se encontravam 90% dos casos. Mesmo que em 1964 tenha sido criado o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), baseado nas ideias de Paulo Freire para uma alfabetização em massa essa ação não foi o suficiente para solucionar esse déficit no ensino, em 2003 viu-se a necessidade da criação de um programa voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, dessa forma, surge então o Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Aparentemente é difícil entender a relação de proximidade entre essas políticas, devido a diferença geracional do público alvo de cada uma, mas a partir do pressuposto que a educação acompanha o processo desenvolvimento da vida do ser humano e que esse desenvolvimento não aconteceu ou foi interrompido em alguma fase automaticamente gera um déficit que precisa se suprido.

Para isso é preciso um olhar ampliado para enxergar que, apesar de a educação ter sido voltada para pôr séculos para gramática, ela não era de livre acesso para a população, essa segregação histórica e étnico-racial gerou elevado número de pessoas analfabetas no país. Até que em 2006 entendeu-se que uma resolução mais eficaz seria combater o analfabetismo desde os anos iniciais antes que ele viesse a se agravar, para isso foi sancionada a Lei n.º 11.274, que estipula o ensino fundamental com duração de 9 anos, com matrícula obrigatória aos seis anos

de idade. No entanto, é importante ressaltar que desde 1996 a Lei de diretrizes e bases da educação nacional a educação obrigatória e gratuita era a partir dos 4 anos.

A falta de acesso à educação é um problema que afeta muitas crianças, mas além do acesso a permanência é um grande desafio enfrentado devido à falta de renda. Pensando nisso, em 2 de outubro de 1967 foi criada a Lei nº 5.327 da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), a fim de distribuir o material didático visando melhorar a qualidade, o preço e a utilização. No dia 18 de abril de 1983 a FENAME passou por algumas alterações com a promulgação da Lei nº 7.091, que alterava o nome do programa para Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), e também ampliava seu alcance, passando a assegurar o acesso a esses materiais educacionais para os níveis de formação pré-escolar e de 1º e 2º graus.

No ano de 2003, o Brasil vivenciou um crescimento do número de políticas públicas voltadas para a educação. Estabeleceu-se naquele ano o PBA passou a priorizar o repasse de recursos para estados e municípios e estimular a permanência dos alunos nas classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, foi aprovada a Lei 10.639 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo oficial das escolas públicas de educação básica.

Nesse mesmo ano o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), passou por uma abrangência no perfil dos usuários atendidos no repasse que dispõe sobre a segurança alimentar nas escolas, dentre elas as crianças matriculadas nas creches públicas e filantrópicas, e ampliação dos valores para os alunos da pré-escola que passam a receber os mesmos valores repassados para os alunos do ensino fundamental, enquanto estudantes das comunidades indígenas passaram a receber valores maiores, devido a situação de vulnerabilidade econômica. E em 2004 foi aprovado o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), que busca assegurar o transporte escolar para os alunos da educação pública, em situação de insegurança territorial.

A educação tem gênero, geração, territorialidade, classe social, etnia e raça. Porém, ainda que as políticas educacionais sejam feitas para assegurar o direito de toda a população brasileira, elas são parte da estratégia de controle do governo, e podendo ser de caráter assistencialista ou desenvolvimentista. Apesar da população negra continuar sendo a maior parte da população brasileira, ainda se enfrenta o racismo institucional na educação, com evasão escolar presente desde os anos iniciais, pois segundo IBGE (2023):

De 2019 para 2022, a taxa de escolarização das crianças de 4 a 5 anos caiu de 92,7% em 2019 para 91,5% em 2022. A taxa de escolarização da população de 6 a 14 se mantém elevada em 99,4%, mas a taxa ajustada de frequência escolar líquida – que

considera a adequação idade/etapa – caiu de 97,1% em 2019 para 95,2% em 2022 e chegou ao menor nível da série, iniciada em 2016.

Identifica-se que infância é uma categoria social do tipo geracional, socialmente construída que se concretiza pelo estabelecimento de valores morais e expectativas de conduta, sua concepção na contemporaneidade vai além de brincar, ir à escola e ser criança, isso porque tem sido tratada como um ser que precisa se preparar para o futuro. Existia uma grande onda no movimento de adultização da criança presente na educação, o ato de aprender a ler e escrever era uma porta para introduzi-las no universo adulto.

A diferença de classe social manifesta esse processo de formas diferentes, uma criança que pertence a uma família de renda baixa passa por situação de exploração do trabalho, sendo atribuído a ela a responsabilidade de um adulto, já uma criança de família rica passa por uma exposição á rotinas repletas de atividades e cursos que a preparem para ser futuros adultos bem-sucedidos.

A/O assistente social na política da educação é inserido no contexto de contradição entre as classes sociais, onde ele tem o dever de romper com o pensamento hegemônico da classe burguesa. Existem algumas dimensões que sendo avaliadas se enquadram no perfil do Serviço Social para abordar estratégias de intervenção nas políticas sociais. Entende-se como sendo uma dimensão o processo de garantia do acesso e permanência nas, da gestão democrática e da qualidade da educação.

Garantir a permanência do estudante vai além de um atendimento individualizado, mas também familiar. O sistema público passa por diversos problemas de sucateamento, favorecendo as instituições privadas gerando grande lucro para a burguesia educacional, que por meio de várias políticas estimulam o consumo de políticas que suprem a necessidade de acesso e permanência do estudante, mas em instituições privadas.

A gestão democrática permite que assistentes sociais tenham ações de caráter individual, coletivo e administrativo. Isso pois a profissão tem o compromisso ético de garantir os direitos e aceitar as diversidades sociais de raça, gênero, religião e etc. E por meio desse processo promover a emancipação humana, por meio do acesso a uma educação de qualidade. O Serviço Social por sua vez deve buscar a transformação dessa realidade social junto aos movimentos sociais de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, enquanto um efetivo direito social. Apesar disso, o Serviço Social está passando por diversos problemas e dificuldades no reconhecimento da categoria profissional na política de educação.

Esses problemas vão desde o reconhecimento da profissão por meio de sua inserção na legislação, também a falta de espaços de discussão no Conselho Regional de Serviço Social

(CRESS) e capacitação para uma melhor atuação e atendimento do usuário. Vale ressaltar que são necessários espaços de reuniões sobre a atuação da profissional do assistente social, para o aprofundamento da garantia de direitos da educação, reforçando seu compromisso com a luta de classes e as diversidades. Além disso, ainda é preciso buscar uma articulação melhor com as outras categorias profissionais do campo da educação, para que juntos possam lutar por uma educação laica, gratuita, presencial, pública e de qualidade.

2.2 PNLD: UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E DE CULTURA?

Além das políticas públicas de educação citadas anteriormente, em 1985 foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Brasil. Essa política está presente no Decreto 91.542, ela tem como objetivo a socialização e universalização do ensino por meio da seleção, aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos para todos os alunos matriculados nas escolas das redes públicas do ensino fundamental de todo o país. No ano de 2003, marcado por grandes mudanças e criação de novas políticas públicas de educação, o PNLD, também passou a incluir as escolas de educação especial públicas, privadas e filantrópicas.

Sua versão mais recente é a de 2017, na Lei de 9.099 que unifica o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) ao PNLD. Porém as mudanças não ficaram somente no nome, o programa foi ampliado, com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros.

Esse programa é destinado também a avaliar e disponibilizar obras literárias, didáticas e pedagógicas, além de outros materiais. Essa distribuição deve ser feita regularmente e de forma gratuita para as escolas cadastradas, sejam elas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

A educação tem quatro segmentos: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Esses segmentos são atendidos e recebem os livros de forma alternada em um ciclo. Os segmentos não atendidos em um determinado ciclo, as obras de título complementar, de acordo com as novas matrículas registradas ou à reposição de livros avariados ou não devolvidos. O PNLD também pode atender os estudantes e professores de diferentes etapas e modalidades, bem como públicos específicos da educação básica, por meio de ciclos próprios ou edições independentes.

Esses materiais e livros são selecionados e comprados pelo Ministério da Educação, no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB). A parte da distribuição é responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ele monta a logística de solicitação e remanejamento dos materiais didáticos para todas as escolas públicas do país cadastradas no censo escolar. É importante ressaltar que os materiais ou livros didáticos do PNLD são apenas para a distribuição avulsa ao público, não existe um acervo digital na versão para download das obras.

Para obter os livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático, as escolas públicas devem participar do Censo Escolar do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e suas redes vinculadas, ou as escolas federais devem aderir formalmente ao programa conforme recomendado. Resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012. Notadamente, o cumprimento deve ser sempre atualizado até o final de maio do ano anterior ao ano em que a entidade deseja atuar.

Os livros são distribuídos por meio de um contrato entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Empresa Brasileira de Correios e Telecomunicações (ECT), que entregam os livros diretamente da editora para as escolas. Essa fase do PNLD é acompanhada por técnicos do FNDE e da Secretaria Estadual de Educação. Os livros chegam à escola entre outubro do ano anterior à liturgia e o início do ano letivo. Na zona rural, as obras são entregues à prefeitura ou à secretaria municipal de educação, que deve entregar os livros.

O FNDE distribui livros didáticos com base nas projeções do censo escolar para os dois primeiros anos do ano do programa, pois é essa a informação disponível no processamento das escolhas feitas pelas escolas. Assim, pode haver pequenas oscilações entre o número de livros e o número de alunos. Para maiores informações sobre a distribuição dos trabalhos, é recomendado entrar em contato com o FNDE pelo portal www.fnde.gov.br ou pelo e-mail: sac@fnde.gov.br, ou Atendimento Institucional do FNDE pelo telefone 0800 616161 (gratuito). Para entrar em contato com o FNDE, digite 2 e depois 5. Há também um endereço eletrônico: sac@fnde.gov.br.

Os materiais distribuídos pelo MEC às escolas públicas de ensino fundamental de todo o país são selecionados pelas próprias escolas, desde que sejam cadastradas no PNLD e passem por uma avaliação pedagógica coordenada pelo Ministério da Educação com a participação de uma comissão técnica específica, composta por especialistas com conhecimento de diferentes áreas, sua eficácia corresponderá aos períodos envolvidos no processo de avaliação. As inscrições são realizadas pelo titular dos direitos autorais de acordo com os critérios

especificados na notificação e avaliações por especialistas em diferentes áreas do conhecimento.

Se aprovados, constituirão as Diretrizes Digitais do PNLD para orientar as entidades estudantis e o Conselho Escolar na seleção de acervos para aquele período de ensino (primeiros anos, fundamental e anos finais do ensino médio). Os interessados em participar da avaliação e seleção de trabalhos no âmbito do PNLD devem acompanhar a abertura de um edital específico, que pode ser encontrado no site do FNDE: Programas.

Na história a linguagem foi a ferramenta usada pelos seres humanos para cooperarem entre si e conseguirem sobreviver. De forma simples a linguagem é o sistema de transmissão de uma mensagem, do momento que surge a necessidade de se comunicar do transmissor até a chegada para o receptor. Para transmitir essa mensagem é necessário um canal, esse meio de comunicação pode ser estabelecido através de desenhos, símbolos, imagens, códigos e etc. A linguagem pode ser verbal e não verbal, a linguagem verbal é composta por um conjunto de palavras escritas ou faladas e a não verbal é composta por imagens, sons, gestos e etc. Porém a linguagem no seu papel social não é só um meio veiculador de informações, mas que ela pode ser um poder utilizado para coerção ou originar uma transformação, uma ferramenta de poder.

A língua e a escrita são exemplos de manifestação da linguagem, a palavra é o que as ligam. No mundo globalizado pela ideologia do sistema capitalista, em uma sociedade dividida cruelmente em classes a palavra se tornou um meio de poder. Isso porque em uma mesma língua algumas pessoas em posições mais elevadas como um professor em uma sala de aula ou o presidente do país podem usar a palavra com arma de dominação. O modo de falar com um sotaque diferente ou não ter o domínio das normas gramaticais distancia e isola as pessoas, ao rotular as diferenças não como algo a que se agregar, mas rotular como certo e errado.

Na sociedade capitalista isso só agrava a segregação das classes que quando em situação de vulnerabilidade social, onde muitos não têm acesso a alfabetização. Um saber supervalorizado para aqueles que o tem, e por meio dele exercem uma postura autoritária e de controle, mas diferente do que muitos pensam, nem os linguistas estão interessados em achar a gramática mais perfeita de acordo com as normas, eles buscam conhecer o diferencial das línguas.

No entanto, assim como a linguagem pode ser usada para controle e opressão ela pode ser objeto de transformação do comportamento social. Um exemplo disso é quando são adotados o gênero neutro, pois a língua é viva e se transformar, pois de acordo com LANE (2006, pg. 28) na psicologia social esse processo ocorre a partir da ação somada com o pensar seguido do falar, que auxilia no processo de objetificação. Concretizar a mudança para além da marcação da

linguagem, nas palavras e hábitos sociais através do reforço da norma e variedades linguísticas. A linguagem é a percepção de ser e estar no mundo, um ato de dar a voz.

Portanto, pode-se concluir que "A linguagem é aquilo através do que se generaliza a experiência da prática sócio-histórica da humanidade" (LEONTIEV, op. cit., p. 172 apud LANE, 2006, p. 25). A sociedade sempre vai ter a linguagem com sua maior arma de poder, pois falar uma língua não é dominar um código, mas dominar o mundo.

A literatura é descrita como arte, e sua matéria-prima é a palavra, usada na construção de histórias ou na expressão de emoções e ideias, ou seja, a arte escrita. A literatura surge na antiguidade, e tem a presença da linguagem verbal e não verbal. O texto literário, diferentemente do texto não literário, possui caráter subjetivo e conotativo, com conteúdo adulto. É mediante a escrita que a expressão cultural fica registrada no tempo e no espaço, por isso a literatura tem um papel fundamental na promoção da expressão da identidade e diversidade cultural.

Originalmente a literatura infanto juvenil surge entre os séculos XVII e XVIII, quando a criança e a infância passam a ser reconhecidas na sociedade, começando então a enxergar as experiências e a realidade do mundo das crianças. A infância é sinônimo de lúdico, da criatividade, da imaginação, o mundo das descobertas reforça a necessidade de imagens para vislumbrar a realidade, por isso nelas há mais do que palavras e sons.

Hegel foi um grande idealista, e ele acreditava na literatura como a forma mais completa para descrever a realidade. No renascimento o humanismo foi propagado através da cultura, reconhecendo a beleza da dignidade humana, o autoconhecimento, a liberdade e o pensamento crítico. Para a filosofia a arte é considerada um ponto de humanização, sendo a literatura uma arte ela tem como uma de funções promover a reflexão sobre a realidade social (MARCONDES, 1997, p. 155).

Neste âmbito a concepção de que o homem, ao se deparar com a literatura, se encontra diante de uma gama de possibilidades no aprofundamento da sua identidade e nela podem ocorrer as transformações necessárias em função do tempo possibilitado pela literatura, pois o carácter crítico coloca o mesmo a se posicionar em função de uma dada realidade e na percepção de que o texto literário oferece, particularmente, ao sujeito escolar, o encontro com a experiência imodificável das dores, alegrias, esperanças faz com que a construção da identidade seja baseada na reflexão da literatura que contextualiza a história, seja do povo, do leitor ou do outro (ARMANDO e SAMUEL, 2020, p. 174).

O PNLD é uma política/programa que importante, isso porque mesmo que ele não coloque uma pessoa negra em posições de poder, esse é um programa que busca trabalhar e discorrer sobre raça no aspecto biológico e étnico-cultural, por meio desta ação afirmativa de antirracismo, mesmo que o racismo não seja extinguido por ser um desvio moral e ético, mas

tem o poder de transformação e combate ao preconceito e a discriminação racial. Afinal é triste afirmar, mas sempre existiram pessoas que não aceitaram as outras pois isso está no interior do ser, se o controle total fosse ético deixaria de ter o caráter humano e a liberdade tornamos máquinas. Porém alguém, não gostar do outro pela sua cor e seus traços, não legitima suas ações de ódio, violência, privação de liberdade, direitos e acesso a lugares e posições sociais.

3. ANÁLISE DO PNLD LITERÁRIO MEDIANTE A LEI 10.639/03

O cenário da educação no Brasil não é unificado, isso porque as políticas de educação são formuladas pelo Governo nas diferentes esferas, sejam elas municipais, estaduais ou da união. Esse método dificulta o acompanhamento da efetivação da legislação brasileira nas políticas sociais. É de suma importância acompanhar e fiscalizar todas as etapas de um programa ou projeto desde a implementação, para que dessa forma possam se obter os resultados e a partir deles realizar novas reflexões críticas e propositivas, e para que se assim for necessário impulsionar melhorias, desenvolvimento e ampliação.

Seguindo essa lógica, para análise desta pesquisa foi realizado o recorte da Lei 10.639/03, que determina como obrigatório o ensino da cultura e da história afrodescendente na educação brasileira, essa lei no ano de 2023 está completando 20 anos desde sua aprovação. Buscou-se então construir uma reflexão a partir de dados sobre as obras literárias aprovadas pelo PNLD literário de 2020 dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), último ano de sua atualização mais recente, e por meio delas traçar a direção política e ideológica do programa na efetivação da lei.

Na plataforma digital do PNLD é possível encontrar disponível algumas informações, como a quantidade de obras, o nome dos autores e os gêneros literários. Em 2020, das obras inscritas 342 foram aprovadas e divulgadas para as escolas fazerem sua escolha, o Guia do PNLD literário foi fundamentado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por esse motivo ele divide o acervo em gêneros literários e em duas categorias, a categoria 1 do 6º e 7º ano, categoria 2 do 8º e 9º ano. Tendo como base dados publicados sobre o PNLD e a questão

racial, buscou-se construir uma análise com o olhar do Serviço Social e a realidade frente às expressões da questão social.

OBRAS QUE TANGENCIAM OU ABORDAM A TEMÁTICA NEGRA E AUTORES NEGROS/AFRODESCENDENTES NO PNLD LITERÁRIO EDIÇÕES 2018 E 2020			
Edições do PNLD Literário	2018	2020	Total
Total de obras	584	342	926
Obras que tangenciam ou abordam a temática	58 (9,9%)*	24 (7%)*	82 (8,8%)*
Obras que tangenciam ou abordam a temática cujos autores são negros/afrodescendentes	27(46%)*	8(33%)*	35(42%)*
Autores no geral (negros e não negros)	57	23	80
Autores negros/afrodescendentes em relação ao total de autores no geral	25(43%)*	8(34%)*	33(41%)*

Fonte: PNLD Literário, edição 2018. (GONÇALVES e SANTOS). * Valores aproximados.

Dentre as 342 obras literárias aprovadas pelo programa para serem disponibilizadas nas escolas de ensino público e gratuito no Brasil, 24 abordam a temática étnico-racial (GONÇALVES e SANTOS, 2023, p.333). Uma vez que se entende a importância do livro como instrumento de representação da realidade, o próprio Guia do PNLD discorre sobre a importância do contato com o tema quando aborda que "nesse espaço da escolaridade, as obras literárias podem ampliar o contato com diferentes gêneros e estilos dos(as) mais diversos(as) autores(as), que podem ser contemporâneos(as), de outras épocas, regionais, nacionais, portugueses(as), africanos(as)..." (BRASIL, 2020, p.10).

Apesar de cumprir com a legislação e ser uma conquista muito importante, se percebe que essa discussão ocupa um espaço muito pequeno no PNLD em relação ao número total de obras aprovadas no acervo. A ampliação dessa ação ocorre a passos lentos, desde 2003 quando a lei é aprovada até 2020, foram 18 anos para ocupar aproximadamente 7% do espaço do acervo. Esse é um dado alarmante, pois a intencionalidade da lei é promover a decolonialidade na educação, quando no Brasil a maior parte da população se autodeclara negra (IBGE, 2022). Outros dados que chamam a atenção são com relação aos autores das obras literárias segundo a tabela abaixo:

PNLD LITERÁRIO EDIÇÃO 2020 – ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS) – AUTORES NEGROS	
Total de autores negros e não negros nesta edição	23
Autores negros e afrodescendentes que tiveram obras aprovadas	8(34%)*
Autores não negros que tiveram obras aprovadas	16(66%)*

Fonte: PNLD Literário, edição 2018. (GONÇALVES e SANTOS). * Valores aproximados.

Esse painel evidencia mais uma vez o racismo institucional na política de educação, quando poucos são os autores negros participando do processo de seleção das literaturas, reflexo de um contexto geral no país. Esse fato acontece porque a grande maioria da população negra é privada do seu direito de acesso à educação básica principalmente entre pessoas negras, e normalmente a escola é o ambiente que desperta e estimula a curiosidade para a escrita e para a leitura também, e de acordo com pesquisas recentes:

Em 2022, entre as pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais de idade, 7,4% eram analfabetas, mais que o dobro da taxa encontrada entre as pessoas brancas (3,4%). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos alcançou 9,3%, enquanto entre pretos ou pardos ela chegava a 23,3%” (PNAD-IBGE, 2023).

Mas esse índice de analfabetismo está atrelado na maior parte dos casos à vulnerabilidade socioeconômica, o principal motivo da evasão é a necessidade de trabalhar para ter algum sustento. Ainda refletindo sobre o PNAD (Pesquisa Nacional da Mostra de Domicílios) os dados também dialogam com a realidade dos alunos, que são os leitores e o público-alvo do PNLD, que mais do que um canal de propagação do debate étnico-racial, o programa em alguns casos pode ser o único meio que o aluno terá acesso e contato com uma literatura. O custo financeiro para adquirir um livro de forma pessoal é considerado alto uma vez que o índice de vulnerabilidade econômica da população do país aumentou significativamente após a pandemia, onde as necessidades elencadas como prioridade são a alimentação e moradia.

Das 24 obras apenas 8 foram escritas por pessoa negras e as outras não, é de subam importância que surjam mais autores negros. É importante para a representatividade que pessoas negras estejam inseridas em espaços de posição intelectuais como a de escritor, ou representada nas imagens dos livros. Além é necessário evidenciar que os autores negros tem o lugar de fala na questão racial, pois a arte é um reflexo do seu criador, e a literatura como arte por contada permite que uma pessoa negra não apenas fale da temática, mas compartilhada das suas experiencias vividas aproximando o leitor da realidade. Mas o direito ao lugar de fala não impede que pessoas não negras fale sobre a questão racial.

No entanto deve-se haver um cuidado ao abordar essa temática, pois uma vez que uma obra é criada sem um olhar crítico da realidade, ela pode ter o efeito reverso reforçando os padrões e estereótipos do período colonial e reproduzindo termos racistas. A estereotipação também pode ser um problema, isso fica evidente quando os 8 oito autores negros aprovados todos tinham o conteúdo étnico-racial. Esse ponto é uma questão pois é relevante que o negro fala da questão racial, mas ele também é capaz de produzir, e debater outros assuntos intelectuais. Deve existir um cuidado para não reforçar o estereótipo, de que o negro só tem espaço de fala apenas sobre sua raça e cultural, ele é capaz de produzir outros conhecimentos.

O racismo institucional do PNLD a princípio em uma análise rasa do programa pode não estar explícito, pois o racismo está muito presente no imaginário social, embasa um pouco essa visão, mas ele está presente nas estruturas políticas, econômicas e sociais. Todos os números e dados mostram e revelam que o posicionamento político e ideológico do PNLD quanto uma política do Estado, serve aos interesses do sistema capitalista, pois apesar de cumprir a obrigação da lei, não prioriza que seja uma ação efetuada com qualidade. Pois segundo MARX (2008, p.14), “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo.”

Assim como foi debatido nos capítulos iniciais desta pesquisa, o racismo não acabou com o fim da escravidão e essa análise contribui com a possibilidade de enxergar as transformações os novos moldes da questão racial, que ao longo do tempo permanecem intrínsecas na sociedade. Portanto, o Serviço Social deve estar alinhado a ideia da decolonialidade na educação, lógica que visa romper com o cenário retratado nos livros, literaturas, cartaz e registros que estereotipam, discriminam ou invisibilizam a figura do negro.

O Serviço Social deve apoiar e auxiliar a luta antirracista, dedicando-se a viabilizar e garantir o acesso à leitura, a educação, a segurança financeira dessa população. Promovendo uma ruptura com as amarras racistas presentes na sociedade capitalista, reafirmando o lugar conquistado do negro na sociedade como cidadão de direitos. Reconhecendo que através da literatura o/a negro/a pode ser autor de sua própria história, se encontrando e afirmando sua cultura como forma resistência, como de conhecimento e de saberes na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal arma utilizada na dominação do trabalhador é a linguagem (LANE, 2006). Foi por meio de grandes discursos que estabeleceram governos autoritários, fascistas e nazistas. Por meio dessa lógica chega-se ao ponto em que o oprimido almeja ser o opressor, assim o sistema se reproduz num ciclo sem uma saída visível.

No entanto, o ser humano pode conseguir romper com o processo pré-estabelecido ao obter consciência para si. Essa libertação acontece quando o trabalhador explorado tem acesso ao conhecimento por meio de uma educação e formação de qualidade, que deve se questionar e analisar sua realidade e assim transformar a sociedade. Portanto, conquistar emancipação política é necessária uma desalienação, isso acontece quando se entende que o racismo faz parte da questão social.

O tema pesquisado é de suma importância pois se entende que a literatura é uma das principais formas de linguagem que expressa os valores e princípios contemporâneos construídos desde cedo no cotidiano de uma pessoa. O racismo no Brasil se estruturou nas instituições, estabeleceu estereótipos e aprisionou os negros na parte inferior da pirâmide de classes. Em uma sociedade na qual historicamente é cerceada pelo racismo, carregado de preconceitos que de acordo com os resultados da pesquisa não foram extinguidos com o fim da escravidão no Brasil.

Ainda na infância as crianças são expostas a influências das relações sociais, e reproduzem os estereótipos sociais. Nesse sentido, as instituições como: família, amigos e

escolas têm papel importante nesse processo. Por exemplo, na escola é onde a criança em suas primeiras relações com outros indivíduos fora do ambiente familiar, se depara com o racismo e o preconceito.

De acordo com OLIVEIRA E ARAUJO (2019, p. 4 apud Marques e Wachs, 2015) o que é vivido pelas crianças na educação infantil tende a deixar marcas em suas ideias e sentimentos, em suas ações e interações, contribuindo para que assumam ou não compromisso com a mudança social. Ou seja, é no ambiente escolar que a criança aprende e se identifica com suas características físicas e a descoberta de si. As identidades são socialmente construídas, não nascem com o indivíduo, mas são produzidas e reproduzidas socialmente. E esse processo de formação de identidade está ligada a cultura e a história de uma sociedade, e essa formação de identidade é contínua e está constantemente em transformação.

Assim, pensar suas identidades exige levar em consideração um processo complexo, marcado por violências raciais, que atravessa o olhar para o próprio corpo e o olhar do outro para si mesmas. Na produção de suas identidades, cor da pele, traços e cabelos são elementos presentes na mediação com o outro, em uma sociedade marcada por relações patriarcais e racistas (OLIVEIRA; MATTOS, 2019, p. 447).

Como forma de valorização e reconhecimento da população negra deve ser ensinado na educação básica por meio da literatura a igualdade racial, perpetuando a luta antirracista no enfrentamento das diferentes vertentes do racismo identificado como uma das expressões da questão social. Esse é um assunto de extrema relevância para o Serviço Social, uma vez que os seus fundamentos no projeto ético político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão estão comprometidos com o dever de defesa, garantia e ampliação dos direitos e enfrentamento das desigualdades sociais.

O movimento antirracista luta contra o racismo estrutural que permeia as diversas classes sociais, e que enxerga a literatura de maneira didática de discorrer sobre esse assunto com diferentes faixas etárias, estimulando o desenvolvimento e a capacidade de análise crítica nos indivíduos. Uma vez que a sociedade em que vivemos foi estabelecida política, econômica e culturalmente para a manutenção do sistema capitalista e fortalecimento da lógica neoliberal, que promovem a competitividade e exploração do trabalho para obtenção de lucros, o racismo surge como uma perceptível evidência das expressões da questão social.

Com o compromisso de transformar a realidade, e garantir uma educação de qualidade e ampliação desse direito garantido por lei, tendo como objetivo eliminar os estigmas raciais na política social de educação. Essa pesquisa buscou desenvolver a discussão da questão étnico-racial na literatura infanto juvenil, e o posicionamento do Serviço Social, uma vez que o PNLD

é uma política de educação, esse tema é de grande relevância para o Assistente Social pois na política da educação é inserido no contexto de contradição entre as classes sociais, onde ele tem o dever de romper com o pensamento hegemônico da classe burguesa, uma vez que neste mesmo período existe um forte debate para efetivação da Lei 13.935/2019 de regulamentação Serviço Social na rede pública de educação básica.

Os encaminhamentos apresentados não solucionam e acabam com o racismo, ainda existem muitos entraves e questões a serem exploradas sobre o tema, mas eles auxiliam no processo de emancipação do ser, da classe em si e classe para si, no movimento da luta antirracista. O racismo no campo do Serviço Social ainda tem que se tornar uma discussão muito mais ampla, essa pesquisa visa impulsionar e despertar a curiosidade para o tema étnico-racial, torna-se essencial aprofundar mais a questão racial no Brasil, desenvolver os conceitos e correlacionado com o movimento luta para a diminuição das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. A Descoberta da Infância In: **História social da infância e da família**. Tradução de D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

BEHRING, R; BOSCHETTI, I. **Políticas Sociais: Fundamentos e História**. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

Brasil, Ministério da Educação. **Conheça a história da educação brasileira**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>>. Acesso em: 29 de jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Funcionamento**. 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/funcionamento>>. Acesso em: 24 de mai. de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Histórico**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>>. Acesso em: 23 de mai. de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>> Acesso em: 11 de jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **PNLD**. 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>>. Acesso em: 29 de jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Brasil Alfabetizado**. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>>. Acesso em: 27 de jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed, Brasília. Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_crianca_adolescente_3ed.pdf>. Acesso em: 28 de abr. de 2022.

BRASIL. **Lei 10639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003. Altera a lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 26 de mai. de 2023.

BRASIL. **Lei Nº 1.390**, de 3 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de côr. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11390.htm#:~:text=L1390&text=LEI%20No%201.390%2C%20DE%203%20DE%20JULHO%20DE%201951.&text=Inclui%20entre%20as%20contraven%C3%A7%C3%B5es%20penais,de%20ra%C3%A7a%20ou%20de%20c%C3%B4r>. Acesso em: 25 de jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 25 de jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica. **Guia Digital PNLD 2020 - Literário**. Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020_literario/inicio>. Acesso em 05 de jan. de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica. **Programas do Livro**. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>>. Acesso em: 29 de jun. 2023.

CARRANÇA, Thais. **Como a escravidão atrasou o processo de industrialização do Brasil**. BBC News Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55670561>>. Acesso em: 29 de jun. 2023.

DESIGUALDADES SOCIAIS POR COR OU RAÇA NO BRASIL. IBGE Educa Jovens, 2023. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html>>. Acesso em: 27 de jun. 2023.

DIRETOR DA ESCOLA EM SÓ PERDE O CARGO APÓS ALUNA E 6 ANOS SOFRER RACISMO E AGRESSÃO; criança é transferida. G1, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/06/18/diretor-de-escola-em-sp-perde-o-cargo-apos-aluna-de-6-anos-sofrer-racismo-e-agressao-crianca-e-transferida.ghtml>>. Acesso em: 9 de jun. 2023.

DOCUMENTANDO O NÚMERO DE VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO E DA PERSEGUIÇÃO NAZISTA. Enciclopédia do holocausto, 2019. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/documenting-numbers-of-victims-of-the-holocaust-and-nazi-persecution>>. Acesso em: 05 de mai. 2023.

FERREIRA, A. B. H.; **Míni Aurélio: o dicionário da língua portuguesa/** Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição Marina Baird Ferreira. - 8. ed. - Curitiba: Positivo, 2010. 960 p.

FERREIRA, GOMES, Irene. **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste**. Agência IBGE notícias, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>>. Acesso em: 09 de jul. de 2023.

FILHO, A. V. L., L., FIALHO, L. M. F. (2017). **Assistência Social e Juventude: reflexões acerca das políticas públicas para os jovens brasileiros**. Conhecer: Debate Entre O Público E O Privado. v.7, n.19, p. 5-28. Ceará, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Brasília, 2005. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 05 de mai. 2023.

GONÇALVES, Luciana Sacramento Moreno; SANTOS, Betty Bastos Lopes. **A presença de autores negros no PNLD literário: De que lugar estamos falando?** Tabuleiro de Letras, v. 17, p. 326-340, 2023. Disponível em:

<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/16772/11633>>. Acesso em: 27 de jun. de 2023.

GRAGNANI, Juliana; ROSSI, Amanda. **A luta esquecida dos negros pelo fim da escravidão no Brasil**. BBC Brasil, 2018. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>> Acesso em: 21 de jun. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em:

<<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros#:~:text=Presen%C3%A7a%20negra,ter%C3%A7o%20de%20todo%20co m%C3%A9rcio%20negreiro>>. Acesso em: 05 de mai. de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e**

Estados. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>>. Acesso em: 29 de mai. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2022. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf>. Acesso em: 13 de mai. de 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A superação dos obstáculos para a industrialização**. Desafios do Desenvolvimento, 2007. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2827:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 03 de mai. 2023.

JESUS, Paula Santos; ALVES, Daniel Tadeu; EURICO, Marcia Campos. RACISMO

ESTRUTURAL E SEUS DESDOBRAMENTOS: UM DEBATE NECESSÁRIO AO SERVIÇO SOCIAL. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. — (Coleção primeiros passos; 39) 6ª reimpr. da 22ª. ed. de 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização. Horizontes antropológicos. Porto Alegre, 1999. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ha/a/4CD96PrdycJX6xKSjLfrmbS/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 21 mai. 2023.

LEORATO, Samara. **O movimento de reconceituação do serviço social brasileiro**. Revista *Maiêutica*, Indaial, v. 4, n. 01, p. 25-33, 2017.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 13 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 304 p.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 67 p.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. 1975. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/teses/O%20capitalismo%20tardio.pdf>>. Acesso em: 29 de jun. 2023.

'NÃO FOI 1ª, 2ª OU 3ª': 10 vezes em que Vini Jr. foi vítima de racismo na Espanha. BBC News Brasil, 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c729gypd570o>>. Acesso em: 9 de jun. 2023.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Aryanne Pereira de; MATTOS, Amana Rocha. Identidades em transição: Narrativas de mulheres negras sobre cabelos, técnicas de embranquecimento e racismo. *in Estudo e Pesquisa em Psicologia*. Rio de Janeiro, V. 19, n. 2, 2019, p. 445 - 463. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451860505007>. Acesso em: 18 mai. 2023.

OLIVEIRA, Ednalva Rodrigues de; ARAUJO, Rodrigues de Oliveira de. O Cabelo crespo e a representação social na infância. In: VI Congresso Nacional de Educação, 2019, Fortaleza. **Anais eletrônico...** Fortaleza: Editora Elise, 2019. p. 1-16. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA_ID3427_01112019103659.pdf. Acesso em: 18 mai. 2023.

OLIVEIRA, João Henrique. **UFRRJ: onze décadas de transformações**. Portal UFRRJ, 2020. Disponível em: <<https://portal.ufrj.br/ufrj-onze-decadas-de-transformacoes/>>. Acesso em: 02 de jul. 2023.

REDAÇÃO. **Vinicius Jr. é vítima de mais um caso de racismo na Espanha**. CNN Brasil, 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/vinicius-jr-e-vitima-de-mais-um-caso-de-racismo-na-espanha/>>. Acesso em: 9 de jun. 2023.

SANTOS, Marcos Antônio Fernandes; MONTEIRO, Albilio Neiva. **Estudos de literatura brasileira contemporânea: múltiplos diálogos**. v. 2, Tutóia-Ma, Diálogos, 2022. 221p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ioerEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA175&dq=literatura+infanto+juvenil+pnld+ra%C3%A7a&ots=TNmHjqbdhD&sig=FWCW4_EZoO7-bG62wTkhxISBzA4#v=onepage&q=literatura%20infanto%20juvenil%20pnld%20ra%C3%A7a&f=false>. Acesso em: 05 de jul. de 2023.